

José Antônio Lutzenberger: um olhar histórico sobre o Ambientalismo no Brasil

Janaina da Silva Augusto*
Dr.^a. Petra Sanchez Sanchez*

Resumo: O presente artigo pretende destacar a atuação do agrônomo José Antônio Lutzenberger na formação do movimento ambiental brasileiro e seu papel na contextualização do conceito de sustentabilidade planetária. Nesse sentido, será observada a mudança histórica da transição das práticas preservacionistas e radicais, para a postura engajada e crítica a partir da criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural – AGAPAN. A análise da trajetória de vida e do trabalho de Lutzenberger traça um paralelo com o militarismo na década de 1970. Mesmo diante do quadro político repressivo da época, suas contribuições para o processo histórico do ambientalismo nacional foram fundamentais, pois ele corroborou uma nova ética trazendo uma nova visão holística ambiental.

Palavras-chave: História, meio ambiente e sustentabilidade.

Abstract: The present article intends to detach the performance of the agricultural expert José Antonio Lutzenberger in the formation of the Brazilian environment and its paper for the context of the concept of planetary sustainable. In this direction, it will be observed the historical change of the transition of the practical preservation and radicals, for the engaged and critical position from the creation of the Association Gaúcho of Protection to Natural Environment - AGAPAN. The analysis of the trajectory of life and the work of Lutzenberger traces a parallel with the militarism in the decade of seventy, and exactly ahead of the repressive picture of the time, its contributions for the historical process of the national environment had been basic, therefore it corroborated new ethics and a new ambient holistic vision.

Words keys: History, environment and sustainable.

1. Introdução

O estudo dos movimentos ambientalistas possibilita verificar a ocorrência de mudança da postura ideológica dentro das sociedades capitalistas industriais; de igual modo, permite traçar um panorama retrospectivo de caráter político, social e econômico dentro das épocas determinadas a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo entre os dias 5 e 16 de junho de 1972. Desse evento internacional nasceu a Declaração sobre Meio Ambiente que visou servir e inspirar os povos na preservação e na melhoria do meio ambiente.

* Mestranda do curso de Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie com apoio do fundo Mackpesquisa.

* Professora do curso Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O processo de formação histórica dos movimentos ambientalistas traz em seu bojo uma base contestatória, uma vez que suas raízes ideológicas estão contidas nos movimentos de contracultura dos anos de 1960, ocasião em que o papel principal era denunciar o mal-estar causado pelas sociedades industrializadas que extrapolavam os limites de produção e consumo sem planejamento. Raízes contidas também num modelo de progresso associado ao risco e à exploração desmedida e irracional dos recursos naturais, presentes nessas mesmas sociedades.

Aquele questionamento das sociedades ocidentais desenvolvidas teve como contraponto um modelo de vida alternativa que rompia com os valores de uma postura típica da base social presente nos idos de 1960, como é possível verificar:

Com efeito, contesta-se o poder do Estado sobre os cidadãos, a dos homens sobre as mulheres, a dos médicos sobre os pacientes, a dos pais sobre os filhos, a das escolas sobre as crianças etc. (...) Os movimentos de contracultura questionam o militarismo, o consumismo, o valor do trabalho, e, sobretudo, a própria repressão inerente à sociedade industrial moderna(SALEM, 1991, p. 65).

A vida alternativa e anti-consumista proposta pelos movimentos ambientalistas, voltada para a natureza e o convívio comunitário, questiona o modelo capitalista industrial. Seus adeptos propõem que esse sistema socialmente estruturado dê lugar à vivência coletiva na qual os aspectos afetivos tenham domínio sobre os laços formais de controle social (VIOLA, 1987).

É importante buscar a desmistificação de que a formação dos movimentos ambientais está ligada à subjetividade da contemplação da natureza; na verdade, seu valor contestatório vai muito além dessa subjetividade, prevalecendo o discurso crítico sobre a sociedade ocidental industrializada, traçando um novo panorama mundial; trata-se de um panorama onde o capitalismo ligado ao consumo exacerbado deve ser questionado; nessa circunstância, então, o meio ambiente passa a ser abordado de forma amplamente consciente, onde é possível admitir uma visão holística sobre o homem e o meio que o cerca.

É no decorrer da década de 1970 que se tornou evidente a necessidade de discutir práticas e promover mobilizações que evidenciassem o mecanismo ecológico global, pois os impactos ao meio ambiente tornaram-se evidentes e as necessidades humanas cada vez mais urgentes (Viola e Leis, 1992).

Os movimentos ambientalistas nasceram na contramão da organização do Estado capitalista. Por isso, é importante evidenciar o papel desse Estado frente aos movimentos oposicionistas e contestadores e às políticas ambientais desenvolvidas para atender aos

anseios sociais e às determinações propostas pela Conferência de Estocolmo (Evers, 1983). A reação negativa dos grandes países capitalistas ao modelo de sustentabilidade não é algo novo, como ocorreu com a questão do Protocolo de Kyoto de 1997. É sabido que teve como objetivo firmar acordos e discussões internacionais para, conjuntamente, estabelecer metas de redução na emissão de gases-estufa na atmosfera, principalmente por parte dos países industrializados, e que deixou de ser assinado pelos EUA. Os interesses dos Estados capitalistas e dos grandes grupos econômicos constituem o antagonismo da formação dos movimentos ambientalistas. Com efeito, estes passam a discutir e a pressionar os governos, reivindicando políticas públicas que dêem ênfase às questões do desenvolvimento sustentável e da ética preservacionista.

Algumas entidades, como a AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Natural, fundada em 1971 por José Antônio Lutzenberger e Augusto Cesar Carneiro, passaram a questionar a posição da sociedade perante o mundo e o consumo, com suas implicações para o meio ambiente. O surgimento dos movimentos ambientalistas brasileiros reflete os anseios de mudanças e a predisposição para solucionar problemas imediatos que afetam diretamente a vida da sociedade de maneira geral. Refletem de igual modo, a preocupação com a conscientização ativa, buscando a formação da cidadania crítica e consciente.

A AGAPAN da década de 1970 coincidiu como o período de intensa repressão do governo do general Médici. Nesse panorama, as organizações autônomas eram vista como subversivas; suas ações de denúncia e de mobilização social eram atos heróicos, limitados pela repressão do governo militar. O presidente Médici apostou no crescimento industrial, dando ênfase à expansão da indústria automobilística, à concessão de maior crédito ao consumidor e ao incentivo às exportações. Para isso, tomou empréstimos externos, valendo-se do bom momento que o mercado internacional usufruía. Os impactos ambientais dessas ações foram questionados e criticados por Lutzenberger nos seus artigos e palestras proferidos ao longo de sua vida.

Nesse sentido, a discussão sobre a formação do ambientalismo brasileiro depende da análise crítica do governo Médici. Com efeito, cerceava forma direta qualquer perspectiva de base contestatória, preocupando-se tão-somente com o desenvolvimento econômico alimentado por interesses financeiros internacionais.

Um dos precursores do ambientalismo no Brasil foi a AGAPAN. Nela se destacou José Antonio Lutzenberger, considerado um dos fundadores do movimento ambientalista no Brasil, uma vez que ele considerava a proteção do meio ambiente como uma necessidade

urgente e atual. Isso porque, até então, os movimentos ecológicos restringiam-se às sociedades protetoras de animais. A preocupação dessa ONG pioneira era irrestrita, abordando aspectos como, por exemplo, desde a qualidade de vida até a difusão de uma nova moral ecologicamente adequada (Viola e Leis, 1992).

Entre as preocupações de Lutzenberger estavam: defesa da fauna e da vegetação; combate ao uso exagerado dos meios mecânicos contra o solo e combate à poluição causada pelas indústrias e veículos; combate ao uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição dos cursos de água pelos resíduos industriais e domiciliares não-tratados; combate às destruições desnecessárias de belezas paisagísticas; luta para salvar a humanidade da destruição, promovendo a ecologia como ciência da sobrevivência e difundindo uma nova moral ecológica. Estava, pois, sendo estabelecido um novo diálogo que se tornou parte integrante da base do pensamento ambiental brasileiro, sendo responsável pela influência em várias linhas ideológicas.

E sempre é bom lembrar que a década de 1970 pode ser considerada precoce em estudos sobre as dimensões dos impactos ambientais causados pelo surto de indústrias poluidoras e pela onda de consumo que se avolumava. Nesse cenário, Lutzenberger, com seu tom irônico e sua eloquência discursiva alertava (dentro das limitações de expressão imposta pelo regime militar) para os perigos de um modelo de desenvolvimento econômico e para as necessidades das questões ambientais globais.

Muitas vezes tido como radical, apocalíptico ou visionário, Lutzenberger influenciou de maneira decisiva o pensamento ambiental e a postura crítica das intervenções humanas e industriais sobre o meio ambiente.

A preocupação ambiental brasileira se intensificou a partir de 1973, com a crise mundial do petróleo onde o fantasma nuclear - que pode ser ilustrado com o acordo nuclear Brasil/Alemanha - passa a rondar o discurso sobre fontes de energia alternativa. A proliferação das indústrias de álcool, das usinas hidrelétricas e a contínua expansão industrial nacional, que ocasionaram profundos impactos ambientais, passaram a ser denunciados por Lutzenberger (CARNEIRO, 2003).

A partir de 1979, os movimentos ambientalistas começaram a incorporar um caráter político-ideológico esquerdista. Foi nesse período que personagens, como Fernando Gabeira, retornaram do exílio trazendo em sua bagagem uma nova leitura do movimento ambiental. Foi, então, que houve a proliferação dos movimentos em defesa do território amazônico, que ganharam maior repercussão perante a opinião pública internacional. Nesse contexto,

evidencia-se a marcante presença também de Chico Mendes. Todos esses protagonistas receberam a influência direta do pioneiro ambientalista Lutzenberger.

É através da análise da formação do ambientalismo nacional que começou a surgir uma maior compreensão da emergência das questões ecológicas. As relações com o meio ambiente tornam-se mais pessoais e dialéticas e contando como um envolvimento maior de vários segmentos da sociedade.

A presença de fenômenos como Gabeira, Lutzenberger – Pensamento Ecológico – cria um novo patamar de debate no movimento ecológico. A posição ambientalista até esse momento predominando claramente começa a ser criticada desde uma posição que enfatiza os vínculos entre os desequilíbrios na relação sociedade/natureza e os desequilíbrios no interior da sociedade (VIOLA, 1987, p. 95).

2. Lutzenberger e o ambientalismo no Brasil.

Nascido em 17 de dezembro de 1926 em Porto Alegre (RS), Lutzenberger foi agrônomo e traçou uma bem-sucedida carreira como executivo da BASF. O marco fundamental para a mudança de sua trajetória na vida e na carreira foi uma conversa com um produtor de maçãs da região. Isso porque o produtor afirmou não comer os frutos que ele mesmo produzia, pois temia a contaminação pelo uso indiscriminado de agrotóxico nas lavouras (Lutzenberger: *For Ever Gaia* COE, Frank, Brasil, 1993).

A fala do agricultor impulsionou a radical mudança de vida de Lutzenberger. De volta ao Rio Grande do Sul, ele abraçou a causa ambiental. Seu conhecimento científico estava aliado a um discurso eloquente e acessível, que colaborou com a proliferação das idéias sobre os inúmeros impactos ambientais causados pelo homem. O posicionamento crítico vinha sempre pautado por soluções possíveis e aplicáveis, como, por exemplo, a questão do desenvolvimento sustentável agrícola.

Fundada em 1971, época da ditadura militar, a AGAPAN sentiu a rigidez do período que limitou as ações práticas dessa associação. Os discursos de temas ambientais eram vistos como subversivos frente à marcha frenética rumo ao desenvolvimento econômico. Todavia, mesmo diante das restrições e perseguições políticas, o discurso de Lutzenberger e de Augusto Carneiro foi ganhando forma e passou a despertar a consciência crítica das atuações individuais e coletivas diante do meio ambiente. Problemas como a poluição e suas respectivas conseqüências para a qualidade de vida, passaram a ser debatidos na esfera social (BONES E HASSE, 2002).

Lutz - como também era chamado - passou a defender que a Terra era um organismo vivo e complexo; deveria, portanto, ser preservado, criando assim, a Teoria de Gaia. A proposta contida nessa teoria motivava as ações responsáveis diante da problemática ambiental.

A obra de Lutzenberger despertou os fundamentos da temática ambiental no Brasil, em seu livro *Fim do Futuro? - Manifesto Ecológico*, de 1976. O ambientalismo nacional, então, passou a conhecer novas diretrizes como a questão da sustentabilidade, a prática agricultura regenerativa e a utilização racional dos recursos naturais ou renováveis, redefinindo o foco do pensamento ambiental brasileiro.

Nesse contexto, é possível verificar que o Brasil começou a se deparar com uma nova ética ambiental, baseada não apenas no preservacionismo, mas na dialética existente entre homem e meio ambiente.

Suas contribuições para a formação do pensamento ambiental ganhou repercussão e reconhecimento internacional por combater os interesses dos grandes grupos empresariais que impunham uma política sistemática de exploração, poluição e contaminação dos patrimônios naturais do Brasil. Em função desse reconhecimento, foi premiado com o *The Right Livelihood Award*, conhecido como Nobel alternativo.

Em março de 1990, foi nomeado secretário-especial do Meio Ambiente da Presidência da República, em Brasília, durante o governo de Fernando Collor de Mello, onde permaneceu até 1992. Nesse período, atuou de forma decisiva em várias ocasiões: na demarcação das terras indígenas, em especial a dos índios Yanomami, em Roraima; na assinatura do Tratado da Antártida; e na Convenção das Baleias. Também se posicionou radicalmente contra o programa nuclear brasileiro e teve um papel fundamental nos preparativos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Foi demitido do cargo por manifestar claramente sua posição contra a corrupção que assolava o governo Collor.

Severamente criticado pelos adeptos do desenvolvimentismo, Lutzenberger reagiu com sua capacidade de indignação diante do modelo insustentável do estilo consumista gerado pelos países desenvolvidos. Seu discurso e sua postura crítica foram responsáveis pela influência direta no processo histórico da formação do pensamento ambientalista brasileiro, que alterou a práxis desse pensamento, direcionando-o para o engajamento consciente e holístico diante da natureza.

Lutzenberger morreu aos 72 anos, deixando como legado a Fundação Gaia em Porto Alegre. Essa ONG perpetua seus ensinamentos no sentido de promover o desenvolvimento

ecológico socialmente justo, de defender os sistemas naturais e defender a identidade cultural dos povos e das minorias.

Antes do seu falecimento levou para a sociedade a discussão sobre os efeitos físicos e ambientais da produção transgênica.

Definir a personalidade de José Antonio Lutzenberger é uma tarefa árdua, uma vez que sempre se mostrou visionário, excêntrico, portador um discurso envolvente e profundamente observador das ações humanas e da natureza. Fundamental para ele era conscientizar para uma visão naturalista com ética holística, não antropocêntrica, também chamada “ecologia profunda” (*deep ecology*) dialogando com a teoria do filósofo norueguês Arne Naess. Suas contribuições para o pensamento ambiental no Brasil foram inegáveis; sua influência se perpetuou nas atuais gerações do ambientalismo brasileiro.

3. Considerações finais.

Ressaltamos que José Antonio Lutzenberger, enquanto pesquisador, ambientalista, bio-observador e agrônomo por formação, influenciou de forma significativa o desenvolvimento do pensamento ambiental e a multiplicação da prática socioambiental consciente e ética.

A análise do discurso de Lutzenberger permite compreender de que forma o pensamento ambiental transcendeu as práticas de denúncias e migrou para um discurso incisivo e crítico, que leva em conta o papel do ser humano e de suas práticas diárias diante do ambiente que o cerca.

Vinculado ao cenário político da década de 1970 e às características do período do chamado “milagre econômico”, a análise da trajetória e da vida de Lutzenberger abre as portas para a compreensão do lado sombrio do modelo de desenvolvimento econômico mundial e de suas implicações nos países subdesenvolvidos, principalmente nas consequências nefastas para o meio ambiente.

Destacado entre um dos pioneiros da articulação ambiental, Lutzenberger ganhou visibilidade internacional, tendo contribuído de modo decisivo para estruturar o pensamento ambiental no Brasil. A discussão sobre essa influencia pode ser considerada como fator essencial para compreender os fundamentos socioambientais brasileiros e seus respectivos desmembramentos.

Nessa perspectiva, é possível compreender como se alargou e se expandiu a visão ambiental no nosso meio, com a multiplicação dos atores envolvidos e com a disseminação

desse pensamento em outras áreas e dinâmicas organizacionais. Essa visão estimulou estimulando o engajamento de grupos sócio/ambientais, científicos, movimentos sociais e empresariais, nos quais o discurso do desenvolvimento sustentado fundamentado por Lutzenberger assume papel muito relevante.

4. Referências bibliográficas

- BONES, Elmar, HASSE, Geraldo. *Pioneiros da ecologia*. Porto Alegre: Já Editores, 2002.
- CARNEIRO, Augusto Cunha. *A história do ambientalismo*. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2003.
- DREYER, Lilian. *Sinfonia Inacabada*. Rio Grande do Sul, Vidicom Audiovisuais, 2004.
- EVERS, Tilmam. *As transformações na cultura e o debate Ecológico*. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2,1 pp 25-39, abril de 1983.
- VIOLA, Eduardo. (1987), “Movimento ecológico e heterogeneidade política”. *Lua Nova*, v.3,n.4, São Paulo, CEDEC, abril/junho.
- VIOLA, Eduardo e LEIS, Hector. 1992. *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: HOGAN, Daniel e VIEIRA.